

Brazilian Finance & Real Estate S.A.

Proposta da Administração – 2015

30 de Abril de 2015



BRAZILIAN FINANCE & REAL ESTATE S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF: 02.762.113/0001-60
NIRE: 35.300.341.813

Prezados Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, a Proposta da Administração ("Proposta") da Brazilian Finance & Real Estate S.A. ("Companhia" ou "BFRE") acerca das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") da Companhia a ser realizada no dia 30 de abril de 2015.

1. Comentários dos Diretores sobre a Companhia, nos termos do Item 10 do Formulário de Referência da Instrução CVM 480/09.

Nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 481/09, as informações referentes à Assembleia Geral Ordinária da Companhia encontram-se detalhadas no Anexo I a esta Proposta.

2. Eleição dos membros do Conselho de Administração

Nos termos do artigo 10 da Instrução CVM 481/09, as informações referentes aos candidatos aos cargos de membro do Conselho de Administração da Companhia encontram-se detalhadas no Anexo II a esta Proposta.

3. Definição da remuneração global dos Administradores da Companhia

Propomos que o montante global máximo da remuneração fixa dos administradores da Companhia para o exercício de 2015 seja no valor de R\$ 1.190.000,00 (um milhão e cento e noventa mil reais).

Nos termos do artigo 12 da Instrução CVM 481/09, as informações referentes à proposta da remuneração dos administradores encontram-se dispostas no Anexo III a esta Proposta.

4. Proposta de destinação do lucro líquido do exercício, nos termos do Anexo 9-1-II da ICVM 481/09;

Não aplicável pelo fato de haver prejuízo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

ANEXO I

Comentários dos Diretores sobre a Companhia, nos termos do Item 10 do Formulário de Referência da Instrução CVM 480/09.

10.1 Comentários dos Diretores sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Conforme divulgado em Fato Relevante publicado em 28 de dezembro de 2011, o Banco Pan S.A. ("Pan" ou "Banco") firmou naquela data um Memorando de Entendimentos não vinculante visando à assinatura de contratos definitivos para a aquisição, por R\$940,4 milhões, de 100% do capital social da Companhia. Em 25 de abril de 2012, os acionistas do Pan, reunidos em AGOE, aprovaram a aquisição indireta de 100% do capital social da BFRE. Em seguida, em 11 de junho de 2012, o Banco Central do Brasil ("BACEN") aprovou a transferência indireta do controle da Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária ("Brazilian Mortgages") para o Pan.

Com isso, em 19 de julho de 2012, os acionistas da BFRE, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), aprovaram a cisão parcial da BFRE, por meio da qual foi cindido o investimento detido na Brazilian Capital Companhia de Gestão de Investimentos ("Brazilian Capital"). Adicionalmente, também em 19 de julho de 2012 e após a cisão descrita acima, foi concluída a aquisição indireta, pelo Pan, de 100% do capital social da BFRE, e conseqüentemente dos ativos de originação, financiamento e securitização desenvolvidos por suas controladas BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. ("BMSC"), Brazilian Mortgages e Brazilian Securities Companhia de Securitização ("Brazilian Securities").

Em 18 de setembro de 2013, os acionistas da Companhia, reunidos em AGE, aprovaram a redução de capital por excesso, conforme artigo 173, da Lei 6.404/76. A acionista Ourinvest Real Estate Holding S.A. ("OREH") recebeu a título de restituição do capital, os seguintes investimentos: (a) participação societária na Brazilian Securities no valor de R\$ 221.687; (b) participação societária na BMSRII Participações S.A. ("BMSR") no valor de R\$ 282.352; e (c) participação societária na BMSC no valor de R\$ 187.875, todos avaliados pelo seu valor contábil em 31 de agosto de 2013 ("Redução de Capital").

Em AGE realizada em 30 de dezembro de 2014, os acionistas da Companhia aprovaram aumento de capital, mediante aporte do acionista OREH, no valor total de R\$100.000.000,00, por meio da emissão de 666 novas ações, sendo 222 ações ordinárias, 444 ações preferencias, divididas em 300 ações preferenciais classe A e 144 ações preferenciais classe B, a serem subscritas e integralizadas pela OREH. Dessa forma, o capital social da Companhia passou de R\$7.661.784,69 para R\$ 107.661.784,69 no encerramento desse exercício, impactando os índices de endividamento total e parcial, conforme demonstrado no item b., abaixo.

Atualmente, a BFRE é uma *holding* não financeira cuja gestão do caixa e dos investimentos da Companhia é feita de forma centralizada pela tesouraria do Pan.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Após a Redução de Capital, a BFRE apresenta um volume pouco relevante de ativos, como demonstrado no quadro abaixo.

R\$ mil	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2014
Capital de Terceiros (Total)	1.900.633	12.967	3.999
Capital de Terceiros (Empréstimos, Recursos de Aceites e emissão de Títulos e Derivativos)	1.646.287	0	0
Patrimônio Líquido	795.223	35.634	135.514
Nível de Endividamento Total (NET)	2,39	0,36	0,03
Nível de Endividamento Parcial (NEP)	2,07	0	0

NET – Total de Capital de terceiros sobre Patrimônio Líquido.

NEP – Soma de Empréstimos, Recursos de Aceites e emissão de Títulos e Derivativos sobre Patrimônio Líquido.

É permitido o resgate de ações, desde que previamente aprovado em assembleia geral de acionistas.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Conforme mencionado no item 10.1.a. acima, a gestão de caixa e investimentos da BFRE é feita de forma centralizada pela tesouraria do Pan, responsável também pelo controle dos recursos disponíveis para pagamento dos compromissos financeiros assumidos pela Companhia.

O Pan, por sua vez, tem como política de liquidez a manutenção de um caixa mínimo que garanta o cumprimento de todas as obrigações em um prazo de 90 dias, mesmo em cenários de stress de mercado. Para suportar essa política de liquidez, o Banco conta com o suporte de seus

acionistas controladores, BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") e Caixa Participações S.A. ("Caixapar"), subsidiária integral da Caixa Econômica Federal ("Caixa"), com os quais mantém acordos operacionais robustos de longo prazo. Atualmente, a Companhia não possui compromissos financeiros.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizados

Em função da situação atual da BFRE, fontes de financiamento não são necessárias.

e) fontes de financiamento para capital de giro para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar cobertura de deficiência de liquidez

Em função da situação atual da BFRE, fontes de financiamento não são necessárias.

f) Níveis de endividamento bancário, via TVM, e características de tais dívidas

A BFRE não possui qualquer forma de endividamento bancário.

g) limites de utilização de financiamentos já contratados

Em função da situação atual da BFRE, limites de financiamento não são necessários.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Análise das Demonstrações do Resultado

Comparação entre o exercício social de 2014 e o exercício social de 2013

Segue abaixo a análise vertical e horizontal para o período apresentado:

Em R\$ Mil	2013	AV	2014	AV	AH
Receita Operacional	169.989	100,0%	-	-	-
Recebíveis Imobiliários	150.769	88,7%	-	-	-
Resultado com locação e venda de imóveis	-	0,0%	-	-	-
Benefício Residual em Op.Securitizadas	5.143	3,0%	-	-	-
Receita de Prestação de Serviços	14.077	8,3%	-	-	-

Receita / Despesas Financeiras	(2.271)	-1,3%	625	-	-
Receita Financeira	109.504	64,4%	625	-	-99,4%
Despesa Financeira	(111.775)	-65,8%	-	-	-

Despesas Gerais e Administrativas	(128.418)	-75,5%	(640)	-	99,5%
Despesas com pessoal	(54.820)	42,7%	(23)	3,6%	99,9%
Outras despesas Administrativas	(60.121)	46,8%	(1.207)	188,6%	98,0%
Despesas de Impostos	(15.170)	11,8%	(2)	0,3%	100,0%
Depreciação e Amortização	(1.648)	1,3%	(95)	14,8%	94,2%
Outras receitas (despesas) operacionais	3.341	-2,6%	687	-107,3%	-79,4%

Lucro Bruto	39.300	23,1%	(15)	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	(12.192)	-7,2%	5	-	-
Lucro Líquido/Prejuízo	27.108	15,9%	(10)	-	-

Atualmente, a BFRE não possui atividade operacional e, portanto, as receitas obtidas durante o exercício de 2014 foram basicamente provenientes das aplicações financeiras efetuadas pela Companhia.

Comparação entre o exercício social de 2013 e o exercício social de 2012

Segue abaixo a análise vertical e horizontal para o período apresentado:

Em R\$ Mil	2012	AV	2013	AV	AH
Receita Operacional	338.494	100,0%	169.989	100,0%	-49,8%
Recebíveis Imobiliários	258.886	76,5%	150.769	88,7%	-41,8%
Resultado com locação e venda de		3,5%		0,0%	-

imóveis	11.718		-		
Benefício Residual em Op. Securitizadas	7.750	2,3%	5.143	3,0%	-33,6%
Receita de Prestação de Serviços	60.140	17,8%	14.077	8,3%	-76,6%
Receita / Despesas Financeiras	(118.149)	-34,9%	(2.271)	-1,3%	-98,1%
Receita Financeira	72.319	21,4%	109.504	64,4%	51,4%
Despesa Financeira	(190.468)	-56,3%	(111.775)	-65,8%	41,3%
Despesas Gerais e Administrativas	(240.919)	-71,2%	(128.418)	-75,5%	-46,7%
Despesas com pessoal	(92.602)	-27,4%	(54.820)	42,7%	40,8%
Outras despesas Administrativas	(97.984)	-28,9%	(60.121)	46,8%	38,6%
Despesas de Impostos	(27.644)	-8,2%	(15.170)	11,8%	45,1%
Depreciação e Amortização	(2.675)	-0,8%	(1.648)	1,3%	38,4%
Outras receitas (despesas) operacionais	(20.014)	-5,9%	3.341	-2,6%	116,7%
Lucro Bruto	(20.574)	-6,1%	39.300	23,1%	-291,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social	4.263	1,3%	(12.192)	-7,2%	-386,0%
Lucro Líquido/Prejuízo	(16.311)	-4,8%	27.108	15,9%	-266,2%

Os resultados da Companhia no exercício social de 2013 consideravam a consolidação de suas subsidiárias até 18 de setembro de 2013, quando houve uma reestruturação societária que retirou sociedades de seu controle.

O exercício de 2013, até o momento da reestruturação societária mencionada, foi marcado pelo aumento no volume de securitização, realizada por meio de sua controlada Brazilian Securities. Ao mesmo tempo, a alta demanda por financiamentos imobiliários e Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") impactou positivamente o volume de operações da Companhia no período.

Em 2012, o total de receitas operacionais refletiam uma redução no número de emissões de CRI, visando um aumento no volume de créditos em carteira para securitização de volumes maiores no futuro. Essa estratégia impactou negativamente o resultado de curto prazo, mas permitiu ganhos de escala nas atividades desempenhadas, suportadas também pelas condições macroeconômicas favoráveis e crescente demanda por produtos financeiros de base imobiliária presentes na época. A demanda por financiamentos imobiliários, por meio da Brazilian Mortgages, e a securitização e emissão de CRI, por meio da Brazilian Securities, também impactaram positivamente o resultado da Companhia.

Variações nas Despesas Financeiras eram esperadas em função da redução do CDI e de taxas melhores no swap da linha do BID, mesmo com um aumento no endividamento da Companhia, conforme demonstrado anteriormente, mantendo a capacidade de concessão de financiamentos e de aquisição de recebíveis para futura securitização da Companhia. Estes recursos, quando disponíveis, também contribuíram para o crescimento das Receitas Financeiras.

i) Contratos de empréstimos e financiamento relevantes

A BFRE não possui qualquer forma de empréstimos e financiamentos bancários.

ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em função da situação atual da BFRE, não há relacionamento de longo prazo com instituições financeiras.

iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não há.

iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não há.

10.2. Comentários dos Diretores:

a) resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Após a Redução de Capital, as receitas da Companhia decorrem de aplicações financeiras.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Após a Redução de Capital, a Companhia não apresenta linhas operacionais de negócio.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços; e c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro o emissor

Conforme mencionado no item 10.1, a Companhia é atualmente uma *holding* não financeira, sem atividade operacional e, portanto, seus resultados advêm basicamente de aplicações financeiras, cujas receitas variam de acordo com a natureza das aplicações efetuadas pela Companhia.

10.3. Eventos relevantes e impactos nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Após a Redução de Capital, as receitas da Companhia decorrem de aplicações financeiras.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 18 de setembro de 2013, os acionistas da Companhia, reunidos em AGE, aprovaram a redução de capital por excesso, conforme artigo 173, da Lei 6.404/76. A acionista OREAH recebeu a título de restituição do capital, os seguintes investimentos: (a) participação societária na Brazilian Securities no valor de R\$ 221.687.231,00; (b) participação societária na BMSR no valor de R\$ 282.352.433,61; e (c) participação societária na BMSC no valor de R\$ 187.874.915,17, todos avaliados pelo seu valor contábil em 31 de agosto de 2013.

Conforme mencionado no item 10.1., em AGE realizada em 30 de dezembro de 2014, os acionistas da Companhia aprovaram aumento de capital, mediante aporte do acionista OREH, no valor total de R\$100.000.000,00, por meio da emissão de 666 novas ações, sendo 222 ações ordinárias, 444 ações preferencias, divididas em 300 ações preferenciais classe A e 144 ações preferenciais classe B, a serem subscritas e integralizadas pela OREH. Dessa forma, o capital social da Companhia passou de R\$7.661.784,69 para R\$ 107.661.784,69 no encerramento do exercício.

c) eventos ou operações não usuais

O evento não usual ocorrido no exercício de 2014 foi o aumento de capital mencionado acima no valor total de R\$100.000.000,00, ocasionando alteração na composição acionária da Companhia conforme ilustrado no quadro abaixo:

	Ordinárias	Preferenciais	Total
Saldo em 31/12/2013	17	34	51
Aumento de capital	222	444	666
Saldo em 31/12/2014	239	478	717

10.4 - Os diretores devem comentar:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis:

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei 11.638, alterada pela Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941/09, que modificou e introduziu novos dispositivos à Lei 6.404/76. Essa alteração teve como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

Novas normas e interpretações de normas que alteraram as práticas adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais, foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), sendo requeridas para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2010.

Dessa forma, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRS"), emitidas pelo IASB, e as Interpretações do Comitê de Interpretações de Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRIC"), bem como com os pronunciamentos emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

A descrição detalhada das práticas contábeis e critérios de avaliação utilizados pela Companhia para a elaboração das referidas demonstrações financeiras está apresentada em Nota Explicativa às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Nota 2 – Resumo das Principais Políticas Contábeis e Critérios de Apuração).

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Conforme descrito no item anterior, as alterações em práticas contábeis mais significativas ocorreram ainda em 2010, com o advento da adoção completa das normas emitidas pelo CPC e aprovadas pela CVM (IFRS). Dessa forma, as informações financeiras divulgadas no período de 2010 a 2014 já foram elaboradas de forma uniforme, não havendo impactos significativos em decorrência de eventuais mudanças em práticas contábeis.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

O parecer emitido pela Moore Stephens Lima Lucchesi em 09 de fevereiro de 2015, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentou duas ênfases, relacionadas a créditos tributários e avaliação de investimento.

Conforme descrito na Nota 10 das Demonstrações Financeiras, a BFRE mantém em 31 de dezembro de 2014, registrado em seu ativo, créditos tributários ativos oriundos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, no montante de R\$ 21.425 mil. O montante a ser utilizado no futuro para fins de compensações fiscais está condicionado à geração de lucros tributáveis futuros. A opinião do auditor não está ressalvada em função desse assunto.

Conforme descrito na Nota 1(b), as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso específico da Companhia, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação do investimento no Fundo Premier Realty pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. A opinião do auditor não está ressalvada em função desse assunto.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Políticas Contábeis Críticas:

As práticas contábeis de maior criticidade, no caso da Companhia, são aquelas sujeitas a estimativas e julgamentos contábeis baseados em premissas, pois podem apresentar, no futuro,

resultados diferentes daqueles projetados ou estimados. De acordo com a nossa opinião, as situações que envolvem maior criticidade são:

i) Valor justo dos instrumentos financeiros:

Especificamente no caso de instrumentos financeiros que não possuem seus preços cotados em mercado ativo e, portanto, suas cotações disponíveis ao mercado, por exemplo, por Bolsa de Valores, a mensuração dos respectivos valores justos é efetuada mediante a utilização de modelos internos, baseado em parâmetros de mercado observáveis.

As técnicas de avaliação utilizadas em nossos modelos internos consideram principalmente operações recentes realizadas pela Companhia (características e riscos similares) e fluxos de caixa trazidos ao valor presente. As políticas contábeis descritas nas notas explicativas 2(c) e 2(d), às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, apresentam, respectivamente, informações detalhadas sobre "definição e classificação dos instrumentos financeiros" e "mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo".

As razões que nos levaram a adotar os referidos modelos internos para apuração do valor justo, quando estes não estão disponíveis ao mercado, são principalmente:

- (a) Os modelos adotados estão alinhados com as práticas usuais de mercado e com as diretrizes regulamentadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM;
- (b) Contemplam as melhores informações disponíveis ou observáveis na data das demonstrações financeiras, e, portanto, possibilitam ao leitor das referidas demonstrações um entendimento adequado dos valores apresentados e da real situação financeira desses instrumentos financeiros; e
- (c) São aplicados de forma uniforme e são revisados periodicamente por área independente (Riscos de Mercado), bem como pelos nossos auditores independentes.

ii) Constituição de créditos tributários:

De acordo com as informações divulgadas na nota 2 (I), a Companhia reconhece impostos diferidos sobre diferenças temporárias e, também, sobre saldos de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social. As notas explicativas 10 (b) e 10 (c) apresentam informações detalhadas sobre impostos diferidos, bem como a expectativa de prazo para suas realizações.

As razões que nos levaram a optar pelo registro dos referidos créditos tributários são principalmente:

- (a) Referido reconhecimento ocorre somente na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação desses créditos tributários,

portanto, proporciona ao leitor das demonstrações contábeis a melhor estimativa do impacto que esses créditos podem acarretar na situação financeira e patrimonial da Companhia;

- (b) As projeções de resultados futuros são elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos, e são revisadas e aprovadas pelos órgãos da administração da companhia e, também da companhia controladora, ou seja, refletem a real expectativa da administração;
- (c) A prática adotada está de acordo com as diretrizes regulamentadas pela Instrução CVM 371/2002.

iii. Baixa de ativos financeiros:

De acordo com a informação divulgada na nota 2 (e), os recebíveis imobiliários, lastros de operações securitizadas sem cláusula de coobrigação, são baixados quando da emissão dos respectivos CRI e os eventuais benefícios residuais são reconhecidos de acordo com o período de competência.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las:

A Administração, ciente da importância da manutenção de adequados padrões de governança, gerenciamento e controle, empenha contínuos esforços para seu aperfeiçoamento, estabelecendo diretrizes alinhadas às demandas regulatórias e às boas práticas de mercado e aprimorando os processos vigentes a essas diretrizes.

Nesse sentido, a Diretoria de Controladoria e *Compliance* tem promovido alterações e implementações nos controles internos buscando obter e manter segurança e confiabilidade nos registros contábeis e gerenciais do Banco e das empresas ligadas, inclusive a BFRE, e, ao mesmo tempo, uma revisão e adequação da estrutura, processos e contratos vigentes, resultando na melhoria dos padrões de gestão e no ganho de eficiência.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente:

A revisão realizada sobre a eficácia do ambiente de controles internos da BFRE, referente ao ano de 2014, pela auditoria independente não identificou ou reportou deficiências significativas, riscos ou descumprimentos relevantes de normas legais ou regulamentares.

10.7. Aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:

A Companhia não realizou ofertas públicas de distribuição de valores.

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor:

Não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia e todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico já foram divulgadas nos itens anteriores.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) natureza e propósito da operação

Não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.10. Principais elementos do Plano de negócios da Companhia:

a) investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos):

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não há investimentos de novos negócios ou operacionais em andamento ou previstos.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Não aplicável.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não existem desinvestimentos em andamento ou previstos.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia:

Não aplicável.

c) novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços):

Não aplicável.

10.11. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

ANEXO II

12.6. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, indicar:

Eleição de Membros do Conselho de Administração:

	José Luiz Acar Pedro	Leandro de Azambuja Micotti	Paulo Alexandre da Graça Cunha
Idade	60 anos	42 anos	45 anos
Profissão	Administrador de empresas e Contador	Advogado	Engenheiro
CPF	607.571.598-34	167.898.058-77	109.628.468-56
Cargo	Presidente	Vice-Presidente	Membro Efetivo
Data de Eleição	30.04.2015	30.04.2015	30.04.2015
Data da Posse	04.05.2015	04.05.2015	04.05.2015
Prazo do Mandato	Até a posse dos eleitos na AGO de 2017	Até a posse dos eleitos na AGO de 2017	Até a posse dos eleitos na AGO de 2017
Outros Cargos	Não há	Não há	Não há
Eleito pelo Controlador	Sim	Sim	Sim

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não há..

12.8. Em relação a cada um dos membros do conselho de administração, fornecer:

a/b. currículo e demais eventos:

José Luiz Acar Pedro – Formado em Administração de Empresas pela Faculdade de Administração e Ciências Econômicas de Santana e em Ciências Contábeis pela Faculdade São Judas Tadeu, atua no mercado financeiro há aproximadamente 40 anos. Iniciou sua carreira em 1971 no BCN, sendo eleito Diretor em 1986, Vice-Presidente Executivo em 1996 e Diretor-Presidente em 1999. Em 2003, foi eleito Vice-Presidente Executivo do Banco Bradesco, onde atuou também como membro do Conselho Executivo. Entre as posições que ocupou estão ainda, entre outras, a de Diretor do Banco Alvorada, Diretor Vice-Presidente do Banco BankPar, Diretor do Banco Boa Vista

Interatlântico, Diretor de Gestão de Recursos de Terceiros e Diretor Vice-Presidente do Banco Bradesco BBI, Diretor Vice-Presidente do Banco Bradesco Cartões, Diretor Vice-Presidente do Banco Bradesco Financiamentos, Diretor Vice-Presidente da BEM DTVM, Diretor Vice-Presidente da Bradesco Administradora de Consórcios e Diretor Vice-Presidente do Banco IBI. Atualmente, é Conselheiro de Administração e Diretor Presidente do Banco Pan S.A., bem como de outras empresas do Grupo Pan. Não existe nenhuma condenação judicial e administrativa envolvendo o administrador.

Leandro de Azambuja Micotti – Formado em Direito pela Universidade Mackenzie, com especialização em Direito Empresarial pela PUC/SP, possui mais de 20 anos de experiência profissional, tendo ingressado no Banco BTG Pactual em 1997, onde ocupou diversas posições gerenciais, sendo a última como responsável pelo Departamento Jurídico no Brasil. Foi eleito Diretor do Banco Pan em 05/04/2011 e reeleito em 04/05/2013. Também exerce cargos de administração nas demais empresas do Grupo Pan. Não existe nenhuma condenação judicial e administrativa envolvendo o administrador.

Paulo Alexandre da Graça Cunha – Formado Engenharia da Computação pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), possui mais de 18 anos de experiência no Banco BTG Pactual, onde foi, desde 2009, responsável pelas áreas de estruturação e gestão da carteira proprietária de securitizações de recebíveis. Antes disso, foi por quase dois anos Diretor do Banco Matone, atuando como responsável pelas áreas de crédito consignado e imobiliário. Ingressou inicialmente no Banco Pactual em 1992, tendo trabalhado no desenvolvimento de sistemas, na área comercial corporativa, no desenvolvimento de produtos para a área de Asset Management e como responsável pelo Private Banking. Entre 2002 e 2007, atuou no desenvolvimento de produtos para todos os negócios do Pactual. Foi eleito Diretor do Banco Pan em 05/04/2011 e reeleito em 04/05/2013. Também exerce cargos de administração nas demais empresas do Grupo Pan. Não existe nenhuma condenação judicial e administrativa envolvendo o administrador.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau

Não há relações familiares entre os administradores da Companhia.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

José Luiz Acar Pedro

Administrador do Emissor: Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente

Pessoa Relacionada: Banco Pan S.A.

Cargo: Diretor



CNPJ: 59.285.411/0001-13

Tipo de relação: Subordinação

Tipo de pessoa: Controladora indireta

Administrador do Emissor: Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente

Pessoa Relacionada: Banco Pan S.A.

Cargo: Membro Efetivo do Conselho de Administração

CNPJ: 59.285.411/0001-13

Tipo de relação: Subordinação

Tipo de pessoa: Controladora indireta

Administrador do Emissor: Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente

Pessoa Relacionada: Ourinvest Real Estate Holding S.A.

Cargo: Diretor

CNPJ: 07.951.440/0001-73

Tipo de relação: Subordinação

Tipo de pessoa: Controladora direta

Leandro de Azambuja Micotti

Administrador do Emissor: Vice Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada: Banco Pan S.A.

Cargo: Diretor

CNPJ: 59.285.411/0001-13

Tipo de relação: Subordinação

Tipo de pessoa: Controladora indireta

Administrador do Emissor: Vice Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada: Ourinvest Real Estate Holding S.A.

Cargo: Diretor

CNPJ: 07.951.440/0001-73

Tipo de relação: Subordinação

Tipo de pessoa: Controladora direta

Paulo Alexandre da Graça Cunha

Administrador do Emissor: Membro Efetivo do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada: Banco Pan S.A.



Cargo: Diretor

CNPJ: 59.285.411/0001-13

Tipo de relação: Subordinação

Tipo de pessoa: Controladora indireta

ANEXO III

Remuneração dos administradores

13.1 Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia busca compensar adequadamente a competência e o comprometimento dos seus profissionais, por meio da adoção de política de remuneração voltada ao crescimento dos valores individuais e coletivos. A remuneração dos diretores da Companhia segue padrões de mercado, sendo paga na forma de pró-labore.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados sob nenhuma forma.

Diretoria Estatutária

A remuneração dos membros da Diretoria é baseada nas responsabilidades de cada membro e nas práticas de mercado, objetivando criar e manter uma estrutura de remuneração que confira consistência interna, competitividade externa e eficácia motivacional a todos os níveis da Diretoria.

b. Composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados sob nenhuma forma.

Diretoria Estatutária

A remuneração dos Diretores é composta por pró-labore mensal.

(ii) proporção de cada elemento na remuneração total

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados sob nenhuma forma.

Diretoria Estatutária

A remuneração dos Diretores é composta exclusivamente por pró-labore.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados sob nenhuma forma.

Diretoria Estatutária

O valor da remuneração dos Diretores da Companhia é calculado levando-se em conta os valores de remuneração praticados pelo mercado e o nível de competitividade da Companhia.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados sob nenhuma forma.

Diretoria Estatutária

Remunerar os profissionais de acordo com a prática de mercado e o nível de competitividade da Companhia.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados sob nenhuma forma.

Diretoria Estatutária

Os indicadores de desempenho para o pagamento de pró-labore têm como embasamento a experiência e a responsabilidade do cargo de cada administrador.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por pró-labore.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados sob nenhuma forma.

Diretoria Estatutária

A Companhia busca incentivar seus administradores a sempre perseguirem maior eficiência em seu trabalho e, conseqüentemente, a gerarem melhores resultados para a Companhia. Adicionalmente, tendo em vista que a remuneração dos Diretores da Companhia é calculada levando-se em conta os valores de remuneração praticados pelo mercado, a Companhia busca reter os melhores profissionais na Companhia e estimula a melhoria dos resultados, o que se alinha aos interesses de longo prazo da Companhia.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Não aplicável.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

Não aplicável.

13.2 Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal:

Remuneração Estimada total do Exercício Social 31/12/2015 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	3,00	3,00		6,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	-	1.190.000,00	-	1.190.000,00
Benefícios direto e indireto				
Participações em comitês				
Outros				
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus				
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós emprego				
Cessação do cargo				
Baseada em ações				
Observação		O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas		

		decimais		
Total da remuneração	-	1.190.000,00	-	1.190.000,00

Remuneração total do Exercício Social 31/12/2014 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros		0,08		0,08
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	-	18.810,00	-	18.810,00
Benefícios direto e indireto		5.050,00		
Participações em comitês				
Outros				
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus				
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós emprego				
Cessação do cargo				
Baseada em ações				
Observação		O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais		
Total da remuneração	-	23.860,00	-	23.860,00

Remuneração total do Exercício Social 31/12/2013 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros		1,66		1,66
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	-	634.552,09	-	634.552,09
Benefícios direto e indireto		135.180,00		
Participações em comitês				
Outros				
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus				
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós emprego				
Cessaçã o do cargo				
Baseada em ações				
Observação		O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais		
Total da remuneração	-	769.732,09	-	769.732,09

Remuneração total do Exercício Social 31/12/2012 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros		4		4
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		1.454.665,77		1.454.665,77
Benefícios direto e indireto		135.180,23		135.180,23

Participações em comitês				
Outros		290933,15		290.933,15
Descrição de outras remunerações fixas		Contribuições para o INSS pagas pelo empregador		
Remuneração variável				
Bônus		4.675.000,00		4.675.000,00
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros		935.000,00		935.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis		N/A		
Pós emprego				
Cessaçã do cargo				
Baseada em ações				
Observação				
Total da remuneração	-	7.490.779,15	-	7.490.779,15

13.3 Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por pró-labore.

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por pró-labore.

13.5 Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de

administração, da diretores estatutária ou do conselho fiscal, na data de encerramento do último exercício social:

Não aplicável..

13.6 Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não aplicável.

13.7 – Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela:

Não aplicável.

13.8 – Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por pró-labore.

13.9 – Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 – Método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por pró-labore.

13.10 – Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável.

13.11 – Remuneração Média dos Administradores

	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Nº de Membros	0,08	1,66				
Valor da maior remuneração (Reais)	18.810,00	225.720,00				
Valor da menor remuneração (Reais)	18.810,00	225.720,00				
Valor médio da remuneração (Reais)	18.810,00	225.720,00				

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria e quais as consequências financeiras para a Companhia

Não aplicável.

13.13 Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014	
Conselho de Administração	0,00%
Diretoria Estatutária	100,00%
Conselho Fiscal	0,00%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2013	
Conselho de Administração	0,00%
Diretoria Estatutária	100,00%
Conselho Fiscal	0,00%

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não aplicável.

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não aplicável.

13.16 outras informações que a Companhia julga relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item 13.